

## Opinião

## Bombardeamento Eleitoral

Por Ricardo Santos

*“Os homens estão sujeitos não somente a perderem a lembrança dos benefícios e das injúrias; eles chegam a odiar os que os obsequiaram e cessam de odiar os que os ultrajaram. O cuidado em recompensar o bem e vingar-se do mal parecendo-lhes uma obrigação à qual com muito custo se submetem” - François de La Rochefoucauld*

Esta semana que findou fomos novamente bombardeados por mais um regabofe eleitoral à moda antiga. Quando tudo fazia crer que assuntos autárquicos estariam confinados aos respectivos burgos, enganámo-nos, porque surpreendentemente, do seu Q.G. beirense, o delegado da Renamo atacou o MDM dizendo que este partido recrutara cidadãos beirenses para votar em Quelimane. E não menos surpreendente, as autoridades eleitorais reagiram à velocidade da luz à alegação, despachando para o terreno todos os meios necessários para se apurar a suposta fraude, tanto que, já no dia 2 de Dezembro, deveremos conhecer o veredicto da CNE.

Sem surpresa também, tem sido a cobertura mediática, sobretudo no capítulo do audiovisual. Invariavelmente, tem havido uma abordagem inspirada na TPA aos acontecimentos políticos recentes por parte dos nossos canais televisivos, independentemente do seu capital social. Alguns círculos irados da oposição falam até numa desproporção de tempo de antena de 3:1. Porque será? Em parte, atrevo-me a pensar, deverá ser por falta de assunto que justifique a atenção mediática dos eleitores. Pois, senão vejamos, os 3 candidatos da Frelimo concorrem defendendo a continuidade dos programas e acções “brilhantes” dos seus camaradas demissionários que ninguém nunca as viu. E os seus opositores, concorrem para escangalhá-las propondo a mesma receita em troca. Com efeito, convocar o eleitorado para sancionar um programa que estipula os buracos de Quelimane, as ruas poirentas e a crónica falta de água de Cuamba, o saneamento caótico de Pemba, inclusive o campinzal nas barbas do palácio do governador de Cabo Delgado, sabe a pouco. Trata-se do óbvio meus senhores, é como urinar quotidianamente. O que as pessoas desejariam ouvir falar era de soluções

com nomes e números concretos, e não mais retórica. O uso indevido e abusivo dos meios e bens do Estado é um problema a ser resolvido no âmbito autárquico? Julgo que não, mas ainda assim, os opositores fazem disto o seu principal ariete eleitoral. Outro facto curioso, é o entusiasmo que alguns dos ex-edis exibem na campanha, fazendo até parecer que são eles, e não os verdadeiros candidatos, quem será eleito. E mais insólito ainda, é a sua vitalidade repentina nesta maratona eleitoral, quando é sabido, que algumas das razões apresentadas para a sua renúncia tenham sido problemas de saúde, sociais e outros.

Assiste-se a um verdadeiro furor jirinovskyniano em Moçambique. Os candidatos exaltam-se. Os intelectuais indignam-se. Os corleionários ameaçam. No entanto, em todos os pleitos eleitorais passa-se exactamente a mesma coisa e estes personagens, são quem mobiliza novamente o eleitorado para continuar a acreditar na seriedade dos actos eleitorais que duramente criticam. Essa é uma atitude que me intriga. Por vezes, até penso que seria melhor usar plebiscitos com questionários de perguntas Sim ou Não a todos os cidadãos, onde cada partido político, ou movimento organizado da sociedade civil, colocasse lá de forma sintética a sua resolução dos problemas de Moçambique, e as pessoas respondessem, na condição de, se aprovado por 50% dos eleitores, isso fosse convertido em Lei que obrigatoriamente seria cumprida pelo Governo. Penso que este seria um método de cidadania muito mais participativo e representativo.

E mesmo o exercício de Governo, nos moldes actuais, é algo que deveria começar a ser questionado. Muitas vezes, até dá a impressão que seria melhor abrir concursos públicos para cargos de ministros, directores e até para PR, o que tendo em conta a praticidade e objectivi-

dade do método, talvez fosse a maneira mais coerente de se justificar o Estado contemporâneo onde os interesses privados e familiares coabitam hoje “harmóniosamente” em nome do progresso da nação. Assim então, poderíamos falar sem rodeios de uma genuína visão empresarial de Estado. Tal como em Macau, onde nunca houve partidos políticos e só se fala dos negócios dos casinos e jogos de azar. Parecendo utópico, até seria possível caso tivéssemos uma função pública profissionalizada e imune aos acontecimentos políticos nacionais. A nossa palavra de ordem então, seria governar por objectivos, os quais, nós, o POVO, como accionistas maioritários daquela empresa que somos por conta dos nossos impostos, deveríamos, a cada assembleia ordinária anual de accionistas, sancionar se o CEO e sua equipa serviam ou não para o cargo. Sempre que necessário, abria-se um novo concurso público! Simples e eficaz.

Outra coisa que nunca percebi também, é esta dicotomia de autarquias da Frelimo com ampla autonomia de gestão administrativa e financeira, e autarquias da oposição com apertada vigilância dos representantes do Ministério da Administração Estatal. Não vejo porque municipalizar a vida dos eleitores, se as ordens de serviço, o orçamento e os candidatos continuarem a vir da capital. Algo está mal definido nesta equação política, que é sempre bom lembrar, tem sido muito cara para os bolsos dos eleitores, os quais, além dos tributos nacionais, têm agora também que arcar com os municipais, e qualquer dia, até com os provinciais.

Conclusão, em quase 20 anos de experiência democrática nos moldes tradicionais em Moçambique, os partidos são verdadeiros espinhos cravados nas costas da sociedade, constituindo neste momento verdadeiros obstáculos à participa-

ção política dos cidadãos nos pleitos eleitorais. A sua reflexão política é em geral mediocre ou inexistente. E o mais interessante, estes são fenómenos generalizados e consolidados à escala continental e global.

Carlos Fontes, filósofo e mentor da rede Filorbis de Portugal, defende que após 37 anos de regime democrático no seu país, os partidos políticos revelam as mesmas tendências que conduziram ao seu descrédito entre 1820 e 1926, resultando na ascensão do regime fascista de Oliveira Salazar.

Para Fontes, os partidos políticos povoaram-se de profissionais da política, na sua maioria mediocres e sem qualquer sentido patriótico ou de Estado. Distribuem entre si os cargos públicos, impedindo a renovação da classe política e a ascensão dos mais competentes. O grande critério para a sua ascensão não é a competência ou seriedade revelada na vida pública, mas sim a sua capacidade para angariar fundos para o Partido, não importa o expediente usado.

Para manterem máquinas partidárias cada vez mais caras, e clientelas numerosas ávidas de dinheiro, ao longo dos anos aprovaram na Assembleia da República, uma série de leis que lhes permitem sacar enormes recursos do país através de subvenções públicas, mas também distribuírem pelos seus membros, cargos-ordenados, reformas, e muito mais.

O clientelismo, o favorecimento, o amiguismo e a oferta de cargos públicos para retribuir favores ou fidelidades partidárias tornou-se uma prática banal nos partidos políticos.

As juventudes partidárias tornaram-se em verdadeiras escolas de arrivistas e de maus utentes do erário público, que desde muito cedo se habituam a viver na dependência dos aparelhos partidários.

Praticam uma política orientada pelos seus impactos medi-

áticos, de forma a granjearem alguma notoriedade pública. Muitos dos políticos que têm alguma “capacidade de expressão” e uma “boa imagem” para conseguirem “alguma popularidade” tornam-se comentaristas televisivos, apresentadores desportivos, dirigentes desportivos e por aí em diante.

Estabeleceram uma confusão entre interesses privados e interesses colectivos. Tornou-se cada vez mais frequente, por exemplo, verem-se deputados ligados a gabinetes de advogados com interesses no Estado, ou como representantes de empresas, grupos financeiros ou estrangeiros, a proporem e a defenderem leis na Assembleia da República em causa própria.

Os elevados custos das campanhas eleitorais, assim como a própria manutenção de pesadas estruturas partidárias, impeliram os próprios partidos a procurarem fontes de financiamento através de processos que estão no limiar da corrupção e da marginalidade.

Em suma, diante dos factos globais, acho que se perde muito tempo e dinheiro a brincar aos processos eleitorais em Moçambique no formato habitual, que quanto a mim, têm sido shows de mera cosmética para doador continuar - e justificar também junto dos seus eleitores - a sua política externa. E se nos servir de consolação, a democracia dos tempos modernos, como nos mostram os movimentos sociais recentes, já não é mais igual à de 100 anos. O nosso mundo evoluiu. As formas de representatividade e de poder também. Cada vez mais, são os interesses dos cidadãos e das corporações quem dá as cartas. Enquanto que os círculos uninominais reforçam a sua pertinência. Os directórios partidários perdem sua utilidade. Admira-me que ainda não nos tenhamos apercebido disso...

(Ricardo Santos, analista de Sistemas / Canal de Moçambique)